

## A MOEDA COMO FONTE DE PODER: AS SANÇÕES FINANCEIRAS E A “BOMBA-DÓLAR” EM CUBA E NA VENEZUELA

*Currency as a source of power: financial sanctions and the “dollar bomb” in Cuba and Venezuela.*

Hélio Caetano Farias<sup>1</sup>

Carolina Côrtes Góis<sup>2</sup>

Débora Bedim Loures<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [heliofarias@gmail.com](mailto:heliofarias@gmail.com) **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7717-9323>

<sup>2</sup>Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [dbedimloures@hotmail.com](mailto:dbedimloures@hotmail.com) **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-8026-9186>

<sup>3</sup>Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** [dbedimloures@hotmail.com](mailto:dbedimloures@hotmail.com) **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3831-4817>

Recebido em: 30 abr. 2022 | Aceito em: 22 dez. 2022.

## RESUMO

No atual sistema monetário e financeiro, onde o dólar ocupa a posição de principal moeda de curso internacional, os EUA dispõem de instrumentos econômicos e monetários que podem ser utilizados, em muitos casos, na coerção de outros Estados. As sanções se enquadram como um desses instrumentos e historicamente vêm sendo aplicadas em países que são considerados hostis à política externa norte-americana. O presente artigo busca apresentar uma reflexão, a partir da relação entre finança, geopolítica e poder, sobre o uso da moeda como um meio de coerção no cenário internacional, além disso busca-se identificar as reações e as medidas tomadas pelos países na tentativa de superar os grandes impactos causados pelas sanções financeiras, tendo como referência os casos de Cuba e Venezuela.

**Palavras-chave:** Sanções Financeiras. Bomba Dólar. EUA.

## ABSTRACT

In the current international monetary and financial system, where the dollar occupies the position of the main currency of international course, the USA has economic and monetary instruments that can be used, in many cases, in the coercion of other States. Sanctions are one of these instruments and have historically been applied in countries that are considered hostile to US foreign policy. This article seeks to present a reflection, based on the relationship between finance, geopolitics and power, on the use of currency as a means of coercion in the international scenario, in addition, seems to identify the reactions and measures taken by countries in an attempt to overcome the major impacts caused by financial sanctions, having as a reference the cases of Cuba and Venezuela.

**Keywords:** Financial Sanctions. Dollar Bomb. USA.

## INTRODUÇÃO

A posição que os Estados Unidos da América (EUA) ocupam no sistema financeiro internacional tem relação direta com o uso do dólar como principal meio para as transações financeiras internacionais. O destino econômico de diversos Estados é potencialmente influenciado pelas autoridades monetárias norte-americanas. O dólar tornou-se a principal moeda de referência internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), resultado da Conferência de Bretton Woods (1944), em que ficou acordado que a moeda passaria ter, desde então, lastro em ouro e um regime de paridade fixa (Vioti, 2014; Torres Filho, 2019).

A leitura da moeda pela ótica do poder estatal permite um olhar aguçado sobre a capacidade de funcionamento e hierarquização do atual sistema financeiro e monetário internacional, construído na década de 1940, com os acordos de Bretton Woods, e praticamente remontado no início da década de 1970. Porém, longe de ser o resultado da evolução “natural” dos mercados, ou da credibilidade dos agentes econômicos, a construção do sistema derivou de

decisões estratégicas dos Estados nacionais e, especialmente, das prioridades geopolíticas dos Estados Unidos. Entre 1971 e 1973, os EUA executaram política econômica de corte unilateral que eliminaram a conversibilidade do dólar em ouro e aboliram o sistema de paridade fixa (Serrano, 2002; Viotti, 2014). Ao mesmo tempo, conseguiram manter a ampla incidência de sua moeda nas trocas internacionais. Edificou-se, daí em diante, um padrão monetário global que tem como lastro tão somente o poder, ou a capacidade de pagamento de um Estado (Torres Filho, 2019). Esse nível de autonomia fez com que os EUA conquistassem uma posição sem precedentes na condução de suas políticas fiscal, cambial e monetária. Sem dificuldades estruturais, portanto, para financiar seus déficits.

A moeda exerce três funções básicas para a economia: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Entretanto, sua existência tem implicações diretas às disputas de poder entre Estados (Metri, 2012). A moeda, assim, exerce funções sociais e políticas, que ficam em evidência em momentos de crise econômica, financeira, em situações de ruptura social ou em momentos de guerra. Para esta última, a moeda pode ser utilizada como um forte instrumento de coerção direta ou indireta, além de sofrer também com ataques de um inimigo. Logo, neste artigo, a moeda, bem como o sistema financeiro, pode ser compreendida como parte da competição geopolítica entre os Estados, podendo servir como uma forma de guerra por outros meios. Nesse sentido, a guerra financeira é entendida como uma forma de conflito que não envolve o emprego de meios bélicos, mas que tem um efeito destrutivo tão ou mais intenso (Azevedo, 2021).

De acordo com Farias (2022), identifica-se na ordem internacional contemporânea, crescentemente multipolar e hierarquizada pelas grandes potências, o acirramento das disputas em todas as dimensões do poder nacional, trazendo implicações tanto para o campo militar quanto para o tecnológico, o econômico e o geopolítico. Nesse sentido, haveria, segundo o autor, uma permanente zona cinzenta entre competição, conflito e a guerra. Uma perspectiva que coaduna com as observações do Relatório *Future of Defense Task Force* (USA, 2020, p. 21), que apresenta as mudanças na ordem internacional a partir das prioridades estratégicas e dos desafios dos EUA. Para o documento, os conflitos se vislumbram estarão imersos em uma crescente zona nebulosa, pressupondo o uso combinado de meios convencionais e de meios não convencionais, como desinformação, ataques cibernéticos e coerção econômica.

Para Costa (2017), a guerra ilimitada é uma noção moderna em que pode ser compreendida pelo uso combinado de novas tecnologias de comunicação e transporte com o seu emprego tático. Dessa forma, uma guerra considerada ilimitada seria aquela onde o acesso a esses componentes tornam-se irrestritos, assim como os meios para se alcançar o fim desejado. As sanções financeiras, por exemplo, enquanto instrumento de coerção político, são caracterizadas como um tipo de uma guerra não militar, uma “guerra financeira”, em que se utiliza de instrumentos financeiros para fins políticos estratégicos para desestabilizar seu oponente, este fenômeno tem capacidade em desorganizar a sociedade como um todo, alterando os preços e até mesmo isolando o Estado no sistema internacional. O artigo busca analisar os impactos que essas sanções tiveram em países como Cuba e Venezuela.

Para atingir este objetivo, o texto está estruturado da seguinte forma: além da introdução e conclusão, conta com uma seção tratando sobre a bomba dólar e as sanções financeiras, além de correlacionar com o conceito de poder estrutural de Susan Strange (1998), em seguida duas seções que tratam sobre o histórico das relações entre EUA e Cuba; e EUA e Venezuela, além dos impactos causados pela “bomba-dólar” nos respectivos países. A metodologia utilizada no artigo é um estudo de caso para entender os impactos das sanções econômicas norte-americanas em Cuba e na Venezuela. Para isso, será feito um levantamento bibliográfico, utilizando livros e artigos científicos que tratam sobre o assunto.

## **DÓLAR É PODER?**

### **A Bomba Dólar como instrumento político-militar**

A moeda exerce um papel fundamental nas relações humanas, podendo ser utilizada enquanto uma ferramenta de coerção entre as sociedades. Tendo esse argumento em vista, a Guerra Financeira seria um instrumento de ataque à soberania de um país, pois representa “uma forma de guerra não-militar que se utiliza de ferramentas financeira e monetária para atacar uma sociedade com objetivos políticos” (Azevedo, 2020, p. 254).

Viotti (2014) demonstrou como a afirmação do dólar, como moeda de curso internacional, teve papel essencial na capacidade dos EUA se projetarem, militar e economicamente, sendo, portanto, um componente central da estratégia de segurança nacional. Farrell e Newman (2019) salientaram, por sua vez, que as redes globais de informação, construídas no bojo do processo de globalização, não reproduziram um padrão de funcionamento pautado nas instituições e nos mecanismos multilaterais que permitissem o funcionamento de um sistema monetário “efetivamente” internacional. Pelo contrário, a internacionalização favoreceu a concentração de poder no dólar.

A dominância do dólar nas redes de pagamento em escala global permite aos EUA exercerem, com base em suas decisões de natureza político-estratégica, forte influência nas regras e no funcionamento do sistema financeiro internacional. Quanto mais os países dependerem do dólar em suas reservas, maior será o poder econômico dos Estados Unidos sobre esses países, sendo inclusive capaz de interditar seus ativos. Dessa forma, o apoio internacional ao dólar é diretamente proporcional ao apoio internacional aos Estados Unidos (Mcdowell, 2021).

Em razão das características próprias do dólar, especialmente pós-ruptura dos acordos de Bretton Woods, os EUA adquiriram uma capacidade, sem igual, de impor um padrão monetário internacional a partir de uma moeda sem nenhum lastro, a não ser o próprio poder norte-americano. Torres Filho (2019) lança a metáfora da “bomba dólar”, isso para indicar como, a partir dos eventos de 2001, com os ataques as Torres Gêmeas, e de 2008, com a crise econômica, os EUA foram implementando, via Tesouro e Departamento de Estado, uma legislação que forçava o

acesso às informações bancárias externas ao seu território, inclusive aos dados do SWIFT<sup>4</sup>. Com isso, ampliou-se a capacidade de rastreamento das operações realizadas em dólar (Torres Filho, 2021). As sanções financeiras tiveram, assim, o seu poder fortemente ampliado. Erigia-se uma espécie de regra de ouro: quanto mais integrado ao sistema financeiro estiver o país sancionado, maiores os custos da exclusão, uma vez que a "bomba" impede o uso do dólar na denominação de contratos internacionais com qualquer outro Estado ou instituição.

Na definição de Torres Filho (2019, p. 3) a bomba dólar representa uma "interdição pelos Estados Unidos, junto a todos os atores internacionais". Essa medida só seria revertida caso o país alvo mudasse seu comportamento para adequar aos valores e princípios defendidos pelos Estados Unidos e, por extensão, pela denominada comunidade internacional. No caso cubano, a ser abordado na próxima seção, o país deveria promover mudanças de governo que apontasse para maior abertura política e econômica, pondo assim fim aos seus ideais socialistas.

A guerra é a política por outros meios. Trata-se, de modo geral, de recurso violento e de alto poder destrutivo para se conquistar os objetivos definidos politicamente. Nesse sentido, quando comparada aos empreendimentos militares, a bomba dólar tem a vantagem de apresentar um custo financeiro baixo, não necessitando de diferentes tipos de tecnologias e nem de altos contingentes de pessoal especializado. Ela está ancorada na própria posição de poder e na hegemonia da moeda norte-americana no sistema monetário internacional (Torres Filho, 2021). Os resultados alcançados, porém, em termos de restrição da atividade econômica são parecidos a de um contexto de guerra ao país sancionado.

Por meio dessa medida, seriam implementadas sanções econômicas, baseadas, principalmente, na ruptura das relações comerciais entre o país alvo e a comunidade internacional, cortando suas exportações e importações com o resto do mundo (Torres Filho, 2019). O objetivo desse tipo de sanção é minar a economia do país alvo, para, por fim, abalar sua estrutura político-social. Há, portanto, uma relação diretamente proporcional entre o poder político e o espaço monetário (Silva Ferreira, 2021) e, assim, "as sanções geram risco político no sistema monetário internacional ao cultivar preocupações sobre os custos diretos futuros do uso do dólar" (Mcdowell, 2020, p. 20).

As sanções econômicas, neste artigo, definem-se como "a suspensão – ou a ameaça de suspensão – engendrada por um governo, ou por sua inspiração, de relações comerciais ou financeiras com outros países" (Torres Filho, 2019, p.8). Esses instrumentos ainda são

---

<sup>4</sup> SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*) é uma sociedade internacional, congregando banco de diferentes países, que foi criada em 1973, e tem como sede a cidade de Bruxelas, na Bélgica. O seu objetivo principal foi criar um sistema para intermediação bancária, facilitando as transações internacionais. De acordo com Farrell e Newman (2019, p. 53), o SWIFT é parte central da infraestrutura de serviços financeiros globais. Em seu processo de consolidação, quanto mais os bancos usavam o SWIFT, mais integrados à rede ficavam, e mais benefícios mensuráveis eram criados para seus membros.

considerados como práticas da diplomacia tradicional tendo como objetivo interferir no processo decisório do governo do país alvo.

Torres Filho (2019) aponta duas correntes que abordam o papel da moeda no contexto das sanções econômicas estabelecidas: a visão funcionalista e a estruturalista. Enquanto a primeira defende que a hierarquia monetária existente é resultado na competição, via mercado, das moedas, tendo pouco interferência de fatores políticos, a segunda, a visão estruturalista, defende que o poder monetário representa a capacidade de um país mudar, em seu próprio benefício, os mecanismos de natureza sistêmica que regem a oferta de crédito e a conversibilidade entre as diferentes moedas. Dessa forma, na visão estruturalista, o país dominante tem a possibilidade de determinar seus interesses na comunidade internacional, ressaltando a relação existente entre poder econômico e político. A próxima seção abordará a visão estruturalista e o poder político-econômico norte-americano.

### O Poder Estrutural dos EUA

O conceito de poder estrutural, desenvolvido por Strange (1998), é fundamental para que se compreenda que as relações econômicas internacionais são influenciadas pelo meio político e social. Para Strange (1998, p. 23), “é impossível estudar economia política e especialmente economia política internacional sem dar atenção ao papel do poder na vida econômica”. O que decide a natureza do sistema é uma questão de poder. Desta forma, o poder político é o que determina a relação entre autoridade e mercado. Os mercados não podem desempenhar um papel dominante, sem que haja autorização por quem exerce o poder, isto é, o próprio Estado (Strange, 1998). Por consequência, os Estados possuem influência direta no funcionamento do mercado e na economia internacional.

De acordo com Strange (1998) existem dois tipos de poder praticados na política econômica: o poder estrutural e o poder relacional. A definição do poder relacional é associada com as premissas do pensamento realista das relações internacionais onde o poder do ator A leva o ator B a fazer algo que, sem tal pressão, não seria feito. Por outro lado, o poder estrutural é aquele que tem capacidade de moldar e determinar as estruturas da economia política global onde outros Estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos e seus profissionais têm que operar.

A estrutura que compõem o poder estrutural de Susan Strange (1998) é dividida por quatro partes distintas, mas que se relacionam diretamente. Essas partes são: controle sobre a segurança, controle sobre as finanças, controle sobre a produção e controle sobre o conhecimento. Com isso, o controle dessas partes por um Estado é capaz de limitar as atividades dos demais participantes do sistema internacional, ou seja, a posse dessas partes estabelece as “regras do jogo” e determina o comportamento dos demais (Strange, 1998; Azevedo, 2020).

No campo da segurança, o poder estrutural pertence a quem exerce a posição de controle sobre a segurança das pessoas (ou seja, ameaça ou preservar). Já no campo da produção cabe

àquele que é capaz de decidir as maneiras ou o modo de produção de bens e serviços para sobrevivência. Em terceiro, está o controle da oferta e da distribuição de créditos em uma economia capitalista avançada. Ter tal controle é fundamental para ajudar países amigos e dificultar o acesso a crédito a países hostis. No campo do conhecimento, o poder estrutural vai para aqueles com acesso ao poder e que podem facilitar ou dificultar o acesso para os demais (Strange, 1998). Estas fontes devem atuar de maneira conjunta para que haja o funcionamento do poder estrutural.

Nos debates sobre as transformações sobre o sistema internacional, mesmo que se considere a perda relativa de hegemonia dos EUA, com a ascensão econômica da China por exemplo, sustenta-se, à luz das contribuições de Strange (1998), que os EUA não perderam sua capacidade de ter controle sobre as variáveis de poder estrutural, como o dólar e o poder militar. Nesse sentido, os EUA, por meio seus governos e instituições de Estado, como o *Federal Reserve*, exerce forte influência no estabelecimento das “regras do jogo” na política internacional. A próxima seção abordará como essas medidas funcionam na prática, em Cuba e na Venezuela.

## **SANÇÕES ECONÔMICAS ENQUANTO INSTRUMENTO DE COERÇÃO POLÍTICO-MILITAR: EXEMPLOS PRÁTICOS**

### **Cuba: país historicamente sobre sanções**

Cuba é um país marcado por um passado colonial e escravocrata, e tem sua história ligada às grandes potências desde o processo de colonização, no século XVI. Entre a dependência, subordinação e cooperação, Cuba teve sua história vinculada as relações com a Espanha, mais tarde, após a Guerra Hispano-americana (1898) com os Estados Unidos (EUA) e, depois da Revolução de 1959, com a União Soviética (URSS). Segundo Silva (2006), durante o período colonial, a economia cubana era focada em abastecer a Metrópole com a produção açucareira e o tabaco, elementos marcantes da cultura do país. Quando independente, no final do século XIX, o padrão de ligação com um grande centro foi importante para definir, anos mais tarde, o histórico da relação com os EUA. No século XIX, com a influência hemisférica da Doutrina Monroe, do panamericanismo, existiam aspirantes cubanos que acreditavam em uma “solução anexionista” (Silva, 2006, p.128), apontando que um destino promissor para a Ilha viria com uma eventual transformação a condição de estado norte-mericano. Ainda segundo Silva (2006), o grau de dependência cubana para os EUA já estava na ordem de 85% de sua exportação e 75% de sua importação, além da grande presença de capitais norte-americanos presentes nos principais setores do país.

Com a Revolução de 1959, a relação entre os dois países se desfez, dando lugar a um forte antagonismo no contexto da disputa geopolítica da Guerra Fria. Mesmo com as transformações de natureza política e econômica, com a globalização financeira e a crescente internacionalização dos mercados, as medidas hostis permaneceram no relacionamento bilateral entre EUA e Cuba. Com o objetivo de frustrar o regime implementado na ilha, em outubro de 1960, os EUA, sob o

governo Eisenhower (1953–1961) impôs um embargo parcial sobre o comércio de Cuba e, a partir de janeiro de 1961, encerram suas relações diplomáticas (Lourenço; Serra; Matos, 2017). Como forma de desestabilizar o governo cubano, os EUA impuseram sanções que impactaram em áreas estratégicas da economia cubana, a exemplo das exportações de açúcar e as importações de petróleo.

Para contornar os efeitos dessas restrições, Cuba estabeleceu e ampliou suas relações de cooperação com os países aliados à União Soviética, no âmbito do Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon), criado em 1949. De acordo com Carvalho (2017a), essa aproximação fez com que o país mantivesse indicadores positivos em termos econômicos e sociais, com contas externas favoráveis; grande exportação de açúcar, cerca de 80% eram direcionadas aos países do bloco soviético; recebimento de petróleo, alimentos, máquinas e equipamentos subsidiados pela URSS (85% das importações). Além disso, o endividamento externo era baixo e não estava denominado em dólar, diferente, portanto, da realidade de diversos países da América Latina. No cenário internacional, com o apoio estabelecido entre os dois Estados, Cuba tornou-se um do país relevante as disputas de poder e influência internacional que marcaram a Guerra Fria. Foi um dos principais participantes nos conflitos que ocorriam no continente africano e na América Latina entre as décadas de 1960 a 1980 (Silva; Johnson, 2013). Como citado por Silva (2006, p.130), “Cuba não é um satélite soviético, pois tem capacidade de ação independente a partir de interesses objetivos próprios, porém está limitada em última instância pela dependência econômica e militar da URSS”.

Essa relação de Cuba com o bloco soviético durou três décadas, proporcionou com que o país recebesse apoio econômico e político para serem revertidos no desenvolvimento dos ideais de seu processo revolucionário (Silva, 2006). Logo, a atuação internacional cubana foi sustentada nessa época por uma dependência dos acordos estabelecidos pela URSS (Silva; Johnson, 2013), isto é, existia uma inter-relação de interesses entre as partes: para a URSS, era importante ampliar sua influência para outras partes do mundo dentro do contexto bipolar, enquanto para Cuba significava sua sobrevivência econômica e sua projeção internacional (Silva, 2006).

Entretanto, na década de 90, com a dissolução da URSS e o fim do bloco econômico entre as nações socialistas, grande parte das condições antes usufruídas por Cuba deixaram de existir, isso porque passaram a ser questionados os ideais que moviam a revolução socialista cubana e seu modelo político (Silva, 2006; Silva; Johnson, 2013). Com o fim da URSS, Cuba perdeu seu principal aliado econômico e militar, além de assistir os EUA, seu principal oponente, ascender como a principal potência hegemônica e reforçar uma política de isolamento e embargos à ilha. Esse período fez com que a ilha caribenha sofresse impactos profundos no setor econômico. Entre 1990 e 1993, Cuba sofreu uma forte crise com queda de todos os seus indicadores econômicos (Silva, 2006), o país perdeu 35% de seu PIB e 75% de suas importações, além da queda de indicadores sociais chegando em 1994 a um quase colapso econômico. Como consequência, o país enfrentou um grande intervalo de escassez em todos os setores produtivos (Carvalho, 2017a).

A partir de 1995, entretanto, iniciou-se um lento processo de recuperação que possibilitou a um lento crescimento econômico e melhoria de alguns de seus indicadores.

Ademais, os Estados Unidos intensificaram o bloqueio econômico já estabelecido, por meio de leis como a Lei Torricelli, sancionada em 1992, na qual ampliava a proibição das companhias norte-americanas e de suas subsidiárias de fazerem negócios com Cuba; proibiu barcos de passarem nos portos cubanos para realizar transações nos EUA e autorizou o presidente do país a aplicar sanções aos governos que promovem qualquer tipo de assistência à Cuba (Silva; Johnson, 2013). Já a Lei Helms-Burton, conhecida como *Cuban Liberty Act*, de 1996, ampliava o bloqueio econômico permitindo sanções contra as instituições internacionais que negociavam com a ilha caribenha. Com isso, sem os limites da Guerra Fria, os EUA endureceram sua postura com Cuba no intuito de sufocar economicamente o país que tentava sair de uma crise econômica, além de incentivar a mudanças internas. Este fenômeno contribuiu para o isolamento do país, nos marcos ideológicos e político-diplomáticos da “Nova Ordem Mundial”, sob liderança dos EUA, e inaugurada nos anos 1990 (Silva; Johnson, 2013).

Mais tarde, os EUA passaram a exigir o pagamento, por parte de Cuba, das dívidas externas acumuladas (Lourenço; Serra; Matos, 2017). A ilha caribenha, precisava trazer mais moedas de curso internacional, no caso dólar, para seu território, não só para aumentar os seus níveis de importação, como também para aumentar a produção e abastecimento local. Entre 1989 e 1993, Cuba passou por uma grave crise, pois o atendimento às demandas básicas da população, como a alimentação, passava pela capacidade de importação. Logo, o bloqueio econômico dos EUA à Cuba, afetou a ilha em sentidos diversos, causando escassez de alimentos básicos, falta de combustível e baixa exportação de açúcar, fazendo com que o país tivesse uma limitada capacidade de produção interna, aumentando ainda mais a dependência com o comércio externo (Paschoal, 2017).

Dentre algumas das consequências do bloqueio norte-americano, Carvalho (2017a) destaca como uma das mais significativas dificuldades era a de setor energético, devido a incapacidade de expansão e de investimento em fontes alternativas. O petróleo oriundo da URSS não abastecia mais o país, o que gerou uma forte crise energética. Além disso, o acesso à informação e a produção de ciência e tecnologia foram dificultados.

Como forma de sair da crise econômica, o país precisou reorientar sua economia, dando ênfase ao turismo e a adoção de um câmbio paralelo, além de promover uma abertura aos empreendimentos privados (Iramina, 2017, p. 46). Entretanto, tendo esse cenário em vista, e principalmente devido à grande inflação que assolou o país no início dos anos noventa, mercados ilegais movimentados por moeda estrangeira, principalmente o dólar, passaram a surgir. Como asseveram Silva e Johnson (2013), as tentativas de recuperação econômica por parte de Cuba constituíram um processo parcialmente eficaz, apesar de complexo e ambíguo.

Para administrar esse novo negócio, o governo cubano criou um sistema onde há circulação simultânea de duas moedas oficiais: o *peso cubano* e o *peso conversível* (CUC) (Herrera, Nakatani, 2003). Esse último tem poder de compra similar ao dólar e foi utilizado como forma de adquirir internacionalmente produtos básicos para a população (Carvalho, 2017b). Esse sistema ficou conhecido como dolarização parcial institucionalizada (Iramina, 2017). Segundo Herrera e Nakatani (2003), esse fenômeno foi uma consequência direta da crise enfrentada pelo país durante o período especial, na década de 90. Os autores afirmam que:

Graças a ele, o poder público conseguiu atingir, pelo menos em parte, seu objetivo de conseguir aumentar o ingresso de divisas e, assim, assegurar a recuperação da economia nacional. Esta retomada do crescimento permitiu restabelecer o valor do peso (fortemente depreciado durante a depressão) e até mesmo –este aspecto é destacado por ser suficientemente raro- estabilizar a moeda nacional contra o dólar, entre 1996 e o final de 20011, a despeito da intensificação do embargo norte-americano (Herrera, Nakatani, 2003, p. 278).

Nessa conjuntura, a dolarização tornou-se central para a estratégia de recuperação econômica de Cuba ao “favorecer o ingresso de divisas para limitar o déficit nas contas externas, aumentar a capacidade de importação e para evitar uma depreciação muito forte da moeda nacional” (Herrera, Nakatani, 2003, p. 281). Essa estratégia tinha como objetivo final garantir que a maior parte da população nacional tivesse condições de vida e trabalho que contrapusessem os efeitos da crise.

O governo cubano implementou diversas reformas, tendo como objetivos a ampliação das receitas e a redução os desequilíbrios externos. Nesse sentido, de acordo com Herrera e Nakatani (2003, p. 282), o governo estaria em condições: i) de manter o modelo social cubano, ii) de deslocar o centro de gravidade da economia nacional, da produção açucareira para o turismo e outros setores exportadores; e, por fim, iii) de alcançar a autossuficiência alimentar e de reduzir a vulnerabilidade energética.

A economia cubana é bastante dependente das divisas externa, especialmente do fluxo de dólares, uma vez que Cuba não possui uma produção diversificada de bens, necessitando assim de importação (Carvalho, 2017b). O principal setor da economia cubana, o agrícola, passou por reformas significativas, dentre as quais destacam-se: parcelas de terras de camponeses voltada exclusivamente para o consumo interno; parcelas de terras em posse do Estado, das forças armadas e parceiras de investidores estrangeiros, tendo o governo como responsável pela produção de ciência e tecnologia; por fim, o surgimento da agricultura urbana, com a criação de hortas nas cidades. Houve, como afirma Paschoal (2017), a recuperação da indústria como estratégia para o desenvolvimento econômico, por meio da abertura ao investimento estrangeiro, descentralização administrativa, gestão empresarial e incentivos ao trabalhador. Além, principalmente, dos estímulos ao turismo, atividade central para atrair divisas.

Nota-se, portanto, que as sanções comerciais dos EUA à Cuba impactam na economia e sobretudo no bem-estar da população. São praticamente sete décadas de inserção internacional,

incluindo nas redes de comércio e trocas financeiras, em que Cuba busca contornar o peso das sanções impostas pelos EUA. Para solucionar este embargo, a estratégia cubana busca diversificar seus parceiros, oferecendo saídas para dirimir os problemas estruturais causados pela carência de tecnologias e de acesso ao crédito externo, em dólar. Com a capacidade de acesso as informações de intermediação financeira, como as do SWIFT, e na condição de país emissor do dólar, moeda de curso internacional, os EUA podem intensificar as sanções, a exemplo da “bomba-dólar”. O caso cubano, entretanto, apresenta uma capacidade de resposta relativa, uma vez que o país tem um grau limitado de integração ao sistema financeiro internacional, em virtude do longo histórico de sanções comerciais, econômicas, financeiras e, agora, monetárias vivenciados.

### **Venezuela: um país mais integrado economicamente aos fluxos da economia internacional**

As relações bilaterais entre Venezuela-EUA apresentam fortes tensões até os dias atuais. Historicamente, especificamente entre os anos de 2001 e 2008, as posições e ações dos países eram opostas no meio internacional: os EUA, engajados na Guerra ao Terror, no governo de Bush (2001-2008), adotou um discurso de quem não apoiasse o país na luta global contra o terrorismo poderia ser considerado inimigo, um país pertencente ao denominado eixo “Eixo do Mal”, expressão utilizada primeiramente por Bush, em 2002. Enquanto, do outro lado, Hugo Chávez (1999-2013) apresentava uma retórica em sua política externa abertamente anti-imperialista e, em certa medida antiamericana (Pedroso, 2021).

Nesse sentido, uma série de eventos marcaram a disputa entre os dois lados, em alguns momentos havia a solicitação para o retorno de embaixadores, deixando no território somente os encarregados de negócios. Segundo Pedroso (2021), as ações que motivaram essa postura por parte dos EUA era o provável apoio ao narcotráfico e ao regime cubano, a aproximação com países considerados uma ameaça aos interesses dos EUA no campo da segurança internacional, como Rússia, China e Irã. Já para o governo de Chávez, o financiamento aos setores oposicionistas e o relacionamento militar entre EUA e Colômbia eram tidos como fontes de preocupação.

A deterioração das relações entre os países foi se aprofundando ao longo dos anos. As sanções financeiras na Venezuela começaram a partir do ano de 2015, na administração de Barack Obama (2009-2016), quando sete funcionários ligados ao governo do Presidente Nicolás Maduro (2013- Presente) tiveram seus ativos confiscados como resposta à corrupção e às violações de direitos humanos que estavam acontecendo no país durante os protestos contra o governo (Mcdowell, 2021). O governo dos EUA, na gestão Obama, considerava a Venezuela uma ameaça para o sistema financeiro norte-americano e, conseqüentemente, um problema para a segurança nacional.

Na gestão do Presidente Trump (2017-2021), a pressão em Caracas aumentou, uma vez que a situação do país piorou (Mcdowell, 2021). Iniciou-se na Venezuela uma crise econômica seguida de crises político-institucionais e sociais. Em 2014, o país passou por novas ondas de protestos iniciado por grupos estudantis que denunciavam tentativas de estupro dentro das

universidades, entretanto, o movimento cresceu e deslocou-se para um tom crítico ao governo de Maduro. Foram abordadas denúncias de corrupção, aumento da criminalidade, da inflação e o desabastecimento de produtos básicos, além dos apagões elétricos em que o país sofria (Weber, 2019).

Um fator que aumentou a crise venezuelana foi a queda do preço do barril de petróleo, desde 2014 o país sofre com uma grave recessão econômica. Segundo dados divulgados pelo Banco Central da Venezuela (BCV), a contração do produto interno bruto (PIB) foi de -6,2% em 2015, para -19,6% em 2018 (OEC, 2021). A escassez de produtos básicos, para piorar a crise venezuelana, marca a escalada de refugiados que precisavam sair do país para sobreviverem e terem uma vida mais digna.

A resposta da administração de Trump foi aumentar as Ordens Executivas<sup>5</sup>. Segundo dados divulgados por Daniel McDowell (2021), o número de indivíduos e instituições listadas em SDNs norte-americanas subiram de sete para oitenta entre os anos de 2017 a 2019, atingindo principalmente a alta cúpula governamental, além das acusações direcionadas ao próprio presidente Nicolás Maduro e sua família de envolvimento no narcotráfico (PEDROSO, 2021). A principal companhia estatal de petróleo venezuelana (PDVSA) foi um dos nomes listados e seus ativos foram congelados e sua capacidade de conduzir os negócios por meio dos bancos dos EUA foi cortada (Mcdowell, 2021). Até então, as sanções econômicas-financeiras estabelecidas pelo governo de Trump tinham caráter político, não afetando assim o comércio ou o setor petrolífero venezuelano.

O resultado dessa intervenção dos EUA, fez com que o presidente Maduro adotasse uma retórica anti-dólar, assim começou a promover esforços para que as transações internacionais fossem realizadas a partir de outras moedas (Mcdowell, 2021). Nas palavras do Presidente Maduro: “A Venezuela vai implementar um novo sistema de pagamentos internacionais. Se os EUA nos perseguirem com o dólar, nós utilizaremos o rublo russo, o yuan, o iene, a rupia indiana, o euro” (REUTERS, 2017 *apud* Mcdowell, 2021).

Em 2015, as transações internacionais venezuelanas eram feitas a partir do euro (que era trocado por países, como Turquia e Emirados Árabes Unidas, ao comprarem o ouro venezuelano). A partir de 2018, para evitar o esgotamento de suas reservas cambiais, o país deixa de fazer essa troca (Mcdowell, 2021). A solução encontrada foi a criação de uma criptomoeda, chamada *petro*. A *petro* consistiria em uma moeda virtual que será lastreada nos recursos naturais que o país dispõe: petróleo, gás, ouro e diamante (Weber, 2019). Além das questões inflacionárias, a *petro* buscaria driblar as sanções financeiras impostas pelos EUA. A moeda ajudaria na liquidação

---

<sup>5</sup> A aplicação de sanções financeiras impostas pelos EUA são realizadas pelo *Office of Foreign Assets Control* (OFAC), parte do Tesouro norte-americano. A principal ferramenta do OFAC é a lista de *Specially Designated Nationals* (SDN). Nessa lista contém o nome de indivíduos, instituições do governo, privadas entre outros autores que os EUA desejam cortar do sistema internacional. Para fazer cumprir essas sanções, são utilizadas as *Executive Order* (EOs) (Mcdowell, 2021, p.8).

comercial podendo facilitar o processo de importação de alimentos e medicamentos e, portanto, diminuir a crise econômica e social do Estado (El Comercio, 2017).

Destaca-se aqui a presença russa e chinesa na Venezuela, marcando uma resistência à tentativa dos EUA em isolar internacionalmente o governo de Nicolás Maduro. Nesse contexto, o governo russo garante um caminho para que a Venezuela não seja “asfixiada”, para isso, o país recebe créditos russos em troca de ativos de petróleo, o que vem tornando a PDSVA e a Rosneft companhias energéticas cada vez mais próximas. Segundo Delgado *et al* (2017), desde 2006 os russos já transferiram mais de US \$17 bilhões em linhas de crédito para os venezuelanos, ademais a própria Rosneft se responsabiliza como intermediária na venda do petróleo da Venezuela ao redor do mundo, inclusive para refinarias americanas. Segundo a pesquisa, mais de 225 mil barris de óleo venezuelano são revendidos pela Rosneft, correspondendo a mais de 13% das exportações do país (Delgado *et al*, 2017). No ano de 2016, as empresas estatais petrolíferas assinaram um acordo no qual se comprometeram a desenvolver um projeto de extração, processamento e venda do gás das regiões de Patao, Mejillones e campos do Rio Caribe. Além disso, as empresas concordaram em estabelecer acordos que resultaria na criação de uma empresa conjunta de extração do gás natural (*idem*, 2017). Esta parceria passa a ser a sobrevivência para o governo de Maduro, nas palavras de Delgado *et al* (2017, p.10), “[...] transformaria a sobrevivência do regime bolivariano como uma necessidade de Estado para a Rússia”.

A PSDVA, ao mesmo tempo que tratava de negócios com os russos, se articulavam também com a empresa estatal chinesa CNPC visando o desenvolvimento e operação da refinaria Nanhai, localizada na Província de Guangdong, na China (Delgado *et al*, 2017). Por meio de um acordo entre as partes, que seria conhecido como Petrochina-PDVSA, o petróleo venezuelano seria comercializado para a refinaria como também a venda de produtos acabados que seriam realizados no local. Essa ação vem acompanhada de uma política chinesa empenhando-se em internacionalizar suas empresas estatais, o que permitiu o estreitamento de relações bilaterais com a Venezuela. Segundo Delgado *et al* (2017), a relação entre Pequim e Caracas é elucidativa, já que a China importa o petróleo venezuelano e mantém seu apoio ao governo venezuelano. A estratégia chinesa se assenta na busca e manutenção de parcerias com países ricos em matérias-primas, especialmente combustíveis fósseis e minerais, recursos indispensáveis para o desenvolvimento econômico e expansão do poder chinês (Araújo, 2019).

Com isso percebe-se que a presença sino-russa na Venezuela faz parte de uma disputa internacional por poder e por acesso a recursos essenciais para o desenvolvimento econômico e bélico. Para a Venezuela, além contrapeso geopolítico à pressão norte-americana, as parcerias com Rússia e China aliviam os efeitos deletérios das sanções comerciais, financeiras e monetárias do EUA. A formação de parcerias estratégicas em áreas de influência norte-americana acaba por questionar a própria hegemonia de Washington no continente (Araújo, 2019). Entretanto, é importante ressaltar que, apesar das diversas sanções estabelecidas pelos EUA à Venezuela, o petróleo não deixou de ser comercializado para os norte-americanos. Apesar de não ter estabelecido uma política de diminuição de exportação para os EUA, o governo de Maduro adota

medidas para a diversificação dos parceiros comerciais, diminuindo assim o peso dos EUA como principal comprador.

No decorrer de 2018, 2019 e 2020, novas sanções econômicas foram impostas à Venezuela. O quadro venezuelano tem sido associado a um processo de isolamento internacional e em retaliação às ações internas de Nicolás Maduro. Com isso, os EUA, junto com países latino-americanos e da União Europeia, articularam uma série de medidas para pressionar o governo venezuelano a recuar suas práticas (Araújo, 2019). Essas sanções foram marcadas pelo acréscimo de medidas que deixariam de ter caráter somente político e passariam a afetar os setores comerciais. Essas novas sanções proibiriam que a Venezuela contraísse empréstimos nos mercados financeiros dos EUA, portanto, impedindo que o governo renegociasse sua dívida externa. Nesse cenário, a produção de petróleo colapsou, podendo resultar em uma perda de US\$6 bilhões na receita petrolífera do ano seguinte. Em 2019, a medida mais dura realizada pelo governo norte-americano foi tirar a Venezuela do mercado de petróleo mundial, os EUA por três semanas deixaram de comprar o bem do país. Além disso, pressionou para que outros Estados, como a Índia, deixassem de comprar o petróleo venezuelano (Weisbrot, Sachs, 2019). Esse tipo de ameaça tem impactos econômicos quase que imediatos, já que os EUA têm o poder de sancionar qualquer instituição ou governo no mundo que utilize o dólar como moeda de transação.

Mesmo que a crise venezuelana não tenha como marco inicial as sanções financeiras dos EUA, essas imposições aumentaram os efeitos negativos. O cenário de crise, iniciado em 2009, em virtude da queda do barril de petróleo, com as sanções aumentou casos de proliferação de doenças, mortalidade, fome, além do número de refugiados (Weisbrot, Sachs, 2019). O ano de 2020, marcou o oitavo ano consecutivo em que o país está em uma grave recessão. Segundo Prado (2021), mais de 96,2% da população vive sob pobreza e 79,3% estão em situação extrema. Com o PIB em constante queda, a inflação cada vez mais vem subindo, entre março de 2019 e 2020, a porcentagem chegou a 3.365%, impactando diretamente nos preços (2.959,8%).

## CONCLUSÃO

Discutiu-se, neste artigo, sobre a bomba dólar e o protagonismo dos EUA no sistema monetário internacional. Conforme enfatizado ao longo do trabalho, o uso de meios financeiros para coerção dos demais Estados é um privilégio exorbitante que os EUA apresentam por contarem com uma moeda nacional, o dólar, que também é a principal moeda utilizada por transações internacionais. Buscou-se, dessa forma, enfatizar que as sanções financeiras são estabelecidas por motivações políticas, permitindo compreender a dinâmica do sistema financeiro pelas lentes analíticas do poder estrutural, conforme definido por Susan Strange (1998). O que se pode perceber, a despeito do debate sobre a crise da hegemonia norte-americana, é que os EUA não deixaram de ter o controle sobre uma fonte de poder estrutural, que é o dólar, e assim se mantem como país referência na formulação das regras do jogo que vigoram no sistema monetário internacional. Em resumo, quanto mais os Estados foram dependentes do dólar para

as trocas internacionais, as denominações de contratos e as composições de reservas financeiras, mais vulneráveis eles ficarão das ações e decisões políticas dos EUA. Trata-se de uma leitura em que o sistema monetário financeiro é parte do campo político, e não uma entidade autônoma e imparcial, constituída a partir das forças de mercado.

O artigo abordou os casos cubanos e venezuelanos e alguns de seus impactos. As sanções cubanas acontecem desde o ano de 1960, ainda no contexto da Guerra Fria. Percebe-se que a motivação para as sanções econômicas dos EUA em Cuba se assentava em uma estratégia de contenção da influência da URSS, bem como no temor da expansão ideológica do comunismo na América Latina. Mesmo após a dissolução da URSS, as sanções permaneceram. Os efeitos são diversos na ilha, pois as sanções impactaram na organização de praticamente todos os setores econômicos de Cuba.

No caso venezuelano, as motivações para o estabelecimento das sanções também foram políticas, já que o país passava por conflitos internos com denúncias de violação de direitos humanos, corrupção e associação do governo venezuelano com o narcotráfico. A junção dos confiscos dos ativos, com o impedimento da Venezuela de negociar com bancos norte-americanos causaram profundos impactos na economia.

Embora apresente um incontestável poder financeiro e monetário, incluindo meios de coerção sofisticados como a “bomba dólar”, os resultados alcançados pelos EUA com a utilização desse artefato trazem uma série de questionamentos. Cuba estabeleceu, em razão do histórico de sanções das últimas décadas, uma forma de inserção internacional relativamente pouco integrada aos sistemas internacionais de pagamentos e dependente dos contratos denominados em dólar. Isso constitui, paradoxalmente, uma das razões para o controverso resultado do acionamento da “bomba dólar” no país, tendo em mente os objetivos da política externa e defesa dos EUA para a Ilha. Na Venezuela, por sua vez, o estabelecimento de parcerias estratégicas com Rússia e China serviam para dirimir os impactos das sanções, em que pese os profundos efeitos deletérios que elas causaram na economia e na sociedade venezuelana. Ademais, nem Venezuela nem EUA interromperam suas comércio de petróleo, dado a natureza estratégica desse recurso.

Diante do acirramento da competição geopolítica internacional, algumas potências, como China e Rússia, incluíram, em seu conjunto de preocupações estratégicas, a questão das moedas e dos sistemas de pagamentos internacionais (Guler; Shakikova, 2021). Novas tecnologias de comunicação, informação e de criptografia permitiram o surgimento de moedas digitais e outros meios de pagamentos mais furtivos, trazendo desafios tanto aos EUA (Belfer Center, 2020) quanto oportunidades para países sancionados, a exemplo de Cuba, Venezuela, Irã, Coreia do Norte. A tecnologia *blockchain*, por exemplo, dificulta o rastreamento das trocas e transações realizadas. Cuba e Venezuela são países que se utilizam desses instrumentos para obter recursos negados pelos meios formais do sistema monetário internacional, contornando assim os efeitos do acionamento da “bomba-dólar” (Azevedo; Kosinski, 2022).

Na política internacional, a moeda é poder. Da mesma forma, as sanções financeiras são instrumentos de coerção política. Conclui-se que o acirramento da competição geopolítica entre potências denota o uso combinado de meios - econômicos, financeiros, tecnológicos e militares – para se alcançar os objetivos político-estratégicos de longo prazo. O que se descortina, com tema tratado neste artigo, é a importância crescente de estudos nessa interface entre geopolítica, moeda e defesa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, L. G. de. (2019). O apoio de China e Rússia na contramão do isolamento internacional da Venezuela. *O Cosmopolítico*, 6(2), 115-130. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/53897>

Azevedo, F. S. (2020) *Sanções Financeiras: um estudo de caso sobre o uso da arma monetária sobre o Irã*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro.

Azevedo, F. S. (2021) “As duas dimensões da Guerra Financeira”. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, 15(54), p. 253-272, setembro/dezembro.

Azevedo, F. S.; Kosinski, D. (2021) “A guerra financeira no século XXI: a revolução da “bomba-dólar” e a contrarrevolução (?) do “renminbi digital”. *Naval War College Journal* 27.2, p. 271-304.

Belfer Center (2020). *Digital Currency Wars: A National Security Crisis Simulation*. Belfer Center’s Economic Diplomacy Initiative. Harvard Kennedy School. Cambridge.

Carvalho, M. S. (2017a) “Existe desemprego em Cuba”. In: F. L. B. SANTOS; J. S. VASCONCELOS E F. DESSOTTI. *Cuba: no século XXI - dilemas da revolução*. São Paulo: Elefante. p. 120-128.

Carvalho, M. S. (2017b) “Por que Cuba tem duas moedas?”. In: F. L. B. SANTOS; J. S. VASCONCELOS E F. DESSOTTI. *Cuba: no século XXI - dilemas da revolução*. São Paulo: Elefante. p. 152-162.

Costa, C. R. A. (2017) “Evolução da Arte da Guerra: Das Gerações da Guerra Moderna aos Conflitos Assimétricos”. *Jornal das Relações Internacionais*, [s. l.].

Delgado, F. et al (2017) “Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil”. *Caderno Opinião*, FGV. Dezembro.

*El Comercio*. (2017). “Maduro anunció la creación del petro, la versión venezolana del Bitcoin”. *El Comercio*. Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/mundo/nicolasmaduro-anuncia-petro-bitcoin-criptomoneda.html> [Acesso em: 17 abr. 2022].

Farias, H. C. (2022). “Aspectos Geopolíticos da Guerra do Futuro e desafios brasileiros”. In: C. FRANCO-AZEVEDO E C. RAMOS. *Estudos de defesa: Inovação, estratégia e desenvolvimento industrial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

Farrel, H.; Newman, A. (2019) 'Weaponized interdependence: How global economic networks shape state coercion'. *International Security*, 44(1), p. 42-79.

Güler, M.; Shakirova, A. (2021) "Deciphering Russia's 2021 National Security Strategy Document". *SETA*, Ankara.

Herrera, R.; Nakatani, P. (2003). A dolarização cubana. elementos de reflexão para uma desdolarização. *Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura*, [s. l.], 6 maio.

Iramina, C. (2017) "Como a Juventude se relaciona com revolução". In: F. L. B. SANTOS; J. S. VASCONCELOS E F. DESSOTTI. *Cuba: no século XXI - dilemas da revolução*. São Paulo: Elefante. p. 44-54.

Lourenço, A. C.; Serra, G. T. I.; Matos, W. G. (2017) "Quem se beneficia com a reaproximação entre Estados Unidos e Cuba?" In: F. L. B. SANTOS; J. S. VASCONCELOS E F. DESSOTTI. *Cuba: no século XXI - dilemas da revolução*. São Paulo: Elefante. p. 82-90.

Mcdowell, D. (2021) "Financial sanctions and political risk in the international currency system". *Review of International Political Economy*, 28(3), p. 635-661.

Metri, M. (2012) "Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central". *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v33(2).

Observatory of Economic Complexity (OEC). (2021). "Venezuela". Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/ven?yearSelector1=exportGrowthYear25&yearSelector2=importGrowthYear25> [Acesso em 18 abr. 2022].

Paschoal, M. (2017) "O empreendedorismo está crescendo em Cuba?". In: Fabio L. B. Santos; Joana S. Vasconcelos E Fabiana Dessotti (2017) *Cuba: no século XXI - dilemas da revolução*. São Paulo: Elefante. p. 98-108.

Pedroso, C. (2021) "Um balanço da relação entre Estados Unidos e Venezuela no governo Trump". *Sul Global*. 2(2), pp. 83- 114.

Prado, M. (2021) "Venezuela: 96,2% da população vive na pobreza e 79,3% estão em situação extrema". *CNN*, 8 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/venezuela-96-2-da-populacao-vivem-na-pobreza-e-79-3-estao-em-situacao-extrema/> [Acesso: 19 abr. 2022].

Serrano, F. (2002) "Do ouro imóvel ao Dólar Flexível". *Economia e Sociedade*, nº19, Campinas.

Silva Ferreira, J. P. (2021). "Sanções Econômicas no Governo Trump: O Uso do Dólar como Arma Política". *Revista Perspectiva*, [s. l.], v. 14, ed. 26.

Silva, M. A. (2006). *Cuba e a Eterna Guerra Fria: isolamento ou reinserção?*. Tese - Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.

Silva, M. A. & Johnson, G. A. (2013). “Cuba e a reinserção internacional no século XXI: em busca de novos parceiros”. *Revista Contexto & Educação*, 28(89), p. 170–198.

Strange, S. (1998) *States and Markets*. London: Continuum.

Torres Filho, E. (2019). Torres Filho, E. T. (2019). “A bomba dólar: paz, moeda e coerção”. IE/UFRJ. *Texto para Discussão*. 26.

Torres Filho, E. (2021). “Paz, moeda e coerção no século XXI”. In: J. L. FIORI (org.). *Sobre a paz*. Petrópolis: Vozes.

USA (2020). *Future of Defense Task Force: Report 2020*. Washington.

Viotti, P. (2014) *The dollar and national security: The monetary component of hard power*. Stanford University Press.

Weber, L. A. (2019) *De Chávez a Maduro: as relações da Venezuela com os Estados Unidos (1999-2018)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.

Weisbrot, M.; Sachs, J. (2019) “Sanções Econômicas como Punição Coletiva: o caso da Venezuela”. *Center For Economic and Policy Research (CEPR)*, Washington, DC.